



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 13497/13

Pensão Vitalícia. Julga-se legal os atos e correto os cálculos de proventos elaborados pela repartição de origem, quando atendidos os requisitos da Lei. Concessão de Registro.

ACÓRDÃO AC1 TC 4237/2015

1. PROCESSO TC N.º: 13497/13

2. ORIGEM: Paraíba Previdência - PBprev.

3. DADOS SOBRE A(S) PENSÃO(ÕES):

3.1. BENEFICIÁRIO(S): Terezinha de Jesus Almeida Noronha - Vitalícia

3.2. DADOS DO(A) SERVIDOR(A) FALECIDO(A):

3.2.1. NOME: Antônio Nunes Gonçalves de Farias.

3.2.2. QUALIFICAÇÃO: Professor, matrícula 120.168-9

3.3. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 40, §§ 7º e 8º da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 20/98.

3.4. DATA DO(S) ATO(S): 23/07/2010.

3.5. DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOE: Diário Oficial do Estado, edição de 04/08/2010.

3.6. AUTORIDADE EMITENTE: Presidente da PBprev.

4. RELATÓRIO DA AUDITORIA: Concluiu que a pensão reveste-se de legalidade, razão porque sugeriu os registros dos atos concessórios.

5. PARECER DA PROCURADORIA: Oral, na sessão, em harmonia com a Unidade Técnica de Instrução.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, os *MEMBROS DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, em sessão realizada nesta data, *ACORDAM*, à unanimidade, em **conceder registros** aos atos de **pensão Vitalícia da beneficiária**, Terezinha de Jesus Almeida Noronha, favorecida do servidor falecido, Sr. Antônio Nunes Gonçalves de Farias, tendo presentes sua legalidade e os cálculos de proventos efetuados pela repartição de origem.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TCE – Sala das Sessões da 1ª Câmara, Mini-plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa.

João Pessoa, 29 de outubro de 2015.

Em 29 de Outubro de 2015



Cons. Fábio Túlio Filgueiras Nogueira
PRESIDENTE



Cons. Fernando Rodrigues Catão
RELATOR



Sheyla Barreto Braga de Queiroz
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO